



Arquivos como fontes de poder, marginalização e silêncios em Portugal e no Brasil

Leonor Calvão Borges^a, Ana Margarida Dias da Silva^b, Sílvia Maria do Espírito Santo^c

^a CITCEM, Universidade do Porto, Portugal, leonorborges@gmail.com

^b Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra, Portugal, anasilva@fl.uc.pt

^c Universidade de São Paulo, CITCEM - Universidade do Porto, Brasil, silesan@usp.br

Resumo

A reflexão sobre a sub-representação de grupos marginalizados nos arquivos tem decorrido em torno de conceitos como o silêncio dos arquivos ou, num contexto mais específico de reparação histórica, a descolonização dos mesmos. Este debate no seio da comunidade científica reconhece a centralidade do arquivista nesta questão, nomeadamente a importância do seu contexto profissional e social (não há descrições neutras) fundamental na preservação, organização, representação e divulgação destes acervos. Este trabalho tem como objetivo a problematização do tema e sistematização de formas apontadas para ultrapassar este silêncio, seja através de projetos de arquivos digitais ou propostas de linguagem inclusiva. Para tal recorre à revisão da literatura sobre os conceitos de silêncio e descolonização dos arquivos seguida da identificação de projetos de digitalização e terminologia inclusiva como forma de contornar essa sub-representação, fazendo sair essa documentação do seu apagamento ou má representação. Como conclusão, apresentam-se boas práticas de divulgação de documentação sobre minorias étnicas e projetos de terminologia inclusiva, num reconhecimento objetivo de formas de devolver a voz a estas comunidades, fazendo propostas de adaptação das mesmas no Brasil e em Portugal.

Palavras-chave: Silêncio nos arquivos, descolonização em arquivos, minorias, arquivos deslocados, arquivos partilhados

Introdução

Nos últimos anos tem havido um interesse crescente sobre os “silêncios” e as “ausências” em arquivos.

A consciencialização desses silêncios e a sua influência na escrita da História tem sido objeto de reflexão por parte de historiadores (Canizares-Esguerra, 2002, Trouillot, 2015, Friedrich, 2018, Hespanha, 2019, no que se designou como o “archival turn”, levando a reflexões sobre os seus usos e a construção da memória também do lado dos arquivistas (Jardim, 1995, Nesmith, 2015, Martins, 2019).

O arquivo definido como uma entidade de carácter metodológico epistémico e sistémico informacional, que reflete as intenções culturais a partir da organização, tratamento e disseminação informacional destinadas à construção do conhecimento, é um conceito ocidental (Gretchen Stotle *apud* Piggott, 2021, 30).

A noção de que os arquivos são lugares neutros, sem interesses instalados, foi minada pelas atuais interpretações filosóficas e teóricas do conceito de “arquivo”, ou seja, é agora inegável que os arquivos

são espaços não neutrais de poder. O poder do arquivo é, em parte, o poder de permitir que certas vozes sejam ouvidas, em destacar certas narrativas e incluir certos tipos de registos criados por certos grupos. O poder do arquivo resulta do ato de inclusão, que simultaneamente exclui. Inevitavelmente, existem distorções, omissões, rasuras, e silêncios no arquivo. Nem todas as histórias são contadas. (Carter, 2006, 216).

Ao aceitar a não neutralidade dos arquivos, aceita-se que estes são fontes de narrativas, poder, marginalização e silêncio, lugares onde a palavra escrita substitui a palavra falada. Significa que a oralidade está ausente e o que prevalece registado glorifica aqueles que a escreveram, resumida na célebre frase: a história é escrita pelos vencedores. Por outras palavras, a memória coletiva envolvida, está implícita nas entranhas das conceções políticas, económicas, históricas e culturais, correspondentes ao tempo e contextos históricos de um povo. Nos arquivos ocidentais ainda estão submersos os valores tradicionais baseados no uso restrito da sociedade dominante, onde a identidade cultural dos povos se fez manipulada, intencionalmente, pelo Estado Nação.

Os arquivos apresentam sumários, cabeçalhos, vocabulários controlados representados nos catálogos a partir da aplicação da linguagem e simbologias, mas distanciados das representações documentais das chamadas minorias, dos negros, indígenas, mulheres e todos os desvalidos sociais. É na tentativa de dar voz aos grupos silenciados que surgem ensaios tão variados como aqueles referentes a mulheres e crianças, movimentos feministas, identidades de género, pessoas escravizadas, indígenas, movimento operário ou marginalizados da sociedade de uma forma geral.

Esta investigação tem como objetivo a problematização do tema e sistematização de formas apontadas para ultrapassar este silêncio, seja através de projetos de arquivos digitais ou propostas de linguagem inclusiva, aplicando-os ao contexto português e brasileiro.

Método

O estudo parte da revisão da literatura sobre os conceitos de “silêncio”, “descolonização” e “linguagem inclusiva” em arquivos, a partir de artigos científicos de revistas brasileiras, portuguesas e internacionais, publicados nos portais Oasis.br, Rcaap.pt e *Web of Science*, entre 2000 e 2021, bem como os dicionários de terminologia da área. As expressões de pesquisa utilizadas foram “silêncio nos arquivos”, “silêncio arquivístico”, “descolonização de arquivos” ou “linguagem inclusiva em arquivos” nos campos do título e palavra-chave, em português, inglês, francês e espanhol. A pesquisa, efetuada em janeiro de 2023, permitiu a obtenção de um *corpus* de análise de 82 referências, já depois de filtradas as repetições e respetiva eliminação.

A seleção de projetos relativos ao tema em análise, foi feita com base nesses artigos, bem como na pesquisa direta em *sites* de arquivos portugueses e brasileiros, sendo recolhidos dados relativos ao objetivo do projeto, tipologia de minorias representadas, soluções propostas e data de execução dos mesmos.

Resultados

Apesar da reflexão sobre o conceito de “silêncio nos arquivos” surgir em finais do século XX, desenvolvendo-se teórica e metodologicamente nas primeiras décadas do século XXI, silêncios e apagamentos da narrativa oficial existiram desde cedo no mundo ocidental, onde grassam exemplos históricos de apagamento da memória, como a *damnatio memoriae* praticado no Império romano onde

todos os vestígios da existência de qualquer imperador que tivesse trazido vergonha ou descrédito ao Estado, ou de qualquer cidadão por traição cometida, eram removidos. Contudo, e como referem Moss & Thomas, colocar as pessoas em posição de invisibilidade continua a ser um elemento da política moderna: a *damnatio memoriae* continua em força (2021b, 16).

O “silêncio arquivístico” tem sido definido como a ausência ou distorção não intencional ou propositada de documentação de valor duradouro, resultando em lacunas (documentos não criados ou não recolhidos) e a incapacidade de representar os documentos sem enviesamento (SAA, 2005).

Os autores consultados consideram que o “silêncio arquivístico” abrange silêncios percebidos, silêncios deliberados ou provocados pela ação ou inação humana, resultantes da não criação de registos, não conservação de documentos e arquivos, enviesamento das descrições, descontextualização de documentos, destruição ou deslocação de arquivos (Fowler, 2017, Buenrostro, 2021, Özdemir & İcimsoy, 2021, Piggott, 2021).

Distinguem, assim, entre aqueles que são desprovidos de qualquer má intenção ou não são causados deliberadamente, como catástrofes naturais (documentos destruídos pelo fogo, danos causados por inundações ou outras causas naturais); os silêncios deliberados ou provocados pela ação ou inação humana (atos de negligência, roubos, vendas de documentos, condições de armazenamento inadequadas, perdidos por causa de conflitos ou guerras, uma coleção de cartas pessoais que representa apenas um dos lados de uma conversa, destruídos por desejo intencional do produtor) porque há quem considere qualquer destruição deliberada de registos como forma de silenciamento (Piggott, 2021, 32); silêncios arquivísticos em resultado da não criação de registos (particularmente, em culturas de tradição oral, pessoas analfabetas, sem acesso a meios de difusão de informação, escravizadas ou censuradas), pela não preservação ou coleta de arquivos (o que se relaciona com arranjos arquivísticos e políticas de salvaguarda, avaliação e eliminação de documentação, que Piggott (2021, 26) diz serem “silêncios benignos”) e pela parcialidade ou enviesamento das descrições (quando o vocabulário utilizado reflete a visão do produtor (Mariani, 2003) sem ter em conta se é utilizada linguagem ofensiva ou descontextualizada ou quando fotografias de pessoas, lugares e eventos não são identificados ou datados) (Özdemir & İcimsoy, 2021, 152; Piggott, 2021, 26).

Se os silêncios arquivísticos do passado são resultado, maioritariamente, da ação de regimes autoritários ou do desejo de suprimir determinadas vozes dos documentos oficiais, o uso atual do conceito vê o silêncio nos arquivos como resultado da falta de transparência e responsabilização. O silêncio arquivístico tanto se verifica pela ausência do registo documental como pela ausência de descrição, instrumentos de recuperação de informação ou metadados sobre um determinado documento ou arquivo (Özdemir & İcimsoy, 2021, 152).

Também o conceito de descolonização de arquivos surge na literatura científica no fim do século XX, inícios do século XXI, como resposta à necessidade de dar acesso aos povos indígenas aos documentos recolhidos sobre eles em contexto de colonização, bem como de re-contextualizar esses registos, criados, organizados e descritos pelos seus colonizadores (Wareham, 2001).

Desenvolve-se, assim, no âmbito da promoção da justiça social através do acesso e estudo dos arquivos (Wallace, 2020), envolve formas participativas de descrição dos documentos (Haberstock, 2020) e reflexões sobre linguagem inclusiva (Suarez, 2020), bem como de promoção da visibilidade desses documentos/história através da digitalização de acervos e disponibilização *online* dos mesmos.

A comunidade arquivística anglo-saxónica apresenta um estado de maturação deste tema que se reflete no debate do tema e desenvolvimento de projetos, tanto a nível universitário, como também nos próprios arquivos nacionais, disponibilizando guias e formas de ultrapassar este silêncio. Comparativamente,

outras geografias apresentam resultados mais incipientes e não “oficiais”.

A necessidade de re-descrever e/ou explorar novas formas de dar visibilidade a estes grupos em projetos de difusão arquivística é identificada como uma boa prática para o seu estudo.

A revisão da literatura e os projetos identificados apontam caminhos para a mitigação de silêncios e a descolonização nos arquivos, nomeadamente:

- bases de dados de minorias, como por exemplo a *Trans-Atlantic and Intra-American slave trade database*, resultado de pesquisas independentes e colaborativas, com base em dados encontrados em bibliotecas e arquivos de todo o mundo atlântico, ou a digitalização massiva de documentação da Inquisição Portuguesa, que permite o estudo de algumas das minorias perseguidas pela Instituição.

- a elaboração de inventários e instrumentos de recuperação da informação em múltiplos idiomas .

- dar prioridade a projetos de digitalização de arquivos em colaboração com as comunidades e os *stakeholders* (entendidos como os grupos marginalizados e/ou silenciados). As bases de dados digitais, tal como as coleções de documentos digitalizados, não são neutras ou objetivas, nem estão completas (Hunter, 2017, 207) e, frequentemente, construídas por grupos tecnológicos hegemónicos, “despite the democratizing promise”, e, portanto, suscetíveis de refletir e perpetuar estereótipos, preconceitos e desigualdades (Ortolja-Baird & Nyhan, 2022, 845).

Um bom exemplo dessa prioridade têm sido os projetos de descrição e digitalização de fundos do Arquivo Histórico Ultramarino, em Portugal, ou a as exposições virtuais dos arquivos portugueses sobre alguns grupos marginalizados.

De igual forma, e por ocasião das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, a assinatura de um Protocolo de Colaboração assinado por Portugal e Brasil em 1995, com o objetivo de estimular a permuta de informações contidas nos acervos arquivísticos de interesse mútuo, sob a guarda de cada um dos países intervenientes, levou à criação da COLUSO – Comissão Luso Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Património Documental e permitiu ainda a implementação do Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem, em que os dois países trocariam, em microfilmes, conjuntos de documentos de seu interesse:

- adicionar conhecimento dos *stakeholders* a descrições já existentes (não alterar instrumentos de recuperação da informação prévios, mas juntar informação e conhecimento, de forma a não partilhar apenas descrições feitas por arquivistas brancos do passado). Soluções para quebrar silêncios: através da criação de meios auxiliares de pesquisa e outras publicações, bem como de ambos exposições físicas e virtuais, os arquivistas podem fazer os registos relativos a grupos marginais visíveis a um público mais vasto. Os arquivistas podem convidar membros de grupos comunitários para os processos de planeamento e administrativos, permitindo-lhes uma voz nas decisões relativas ao acesso, utilização e exibição de registos relacionados com esse grupo, e para participar na contextualização dos documentos através da utilização de “liberatory descriptive standards.” (Carter, 2006, 231).

- fomentar projetos de terminologia inclusiva (que terminologia os grupos minoritários querem ver representada ou excluída). A terminologia identitária, restrita ao binarismo, confunde a comunicação entre as linhas da publicidade arquivística, da confeção de argumentos políticos na defesa da memória e contribuiu sobremaneira para o apagamento dos grupos étnicos e de género. Os arquivos nacionais canadianos, norte americanos e do Reino Unido têm as suas próprias recomendações neste sentido. Tentando responder à questão “Is the descriptive language I am using respectful to the larger communities of people invested in this record?”, movimentos como o *Black Lives Matter*, nos EUA desenvolveram também recomendações, advogando a colaboração com as comunidades e a escrita para

não profissionais (Archives for Black Lives in Philadelphia’s Anti-Racist Description Working Group, 2020).

Uma breve pesquisa nos portais de arquivo de Portugal e Brasil, e cujos resultados apresentamos na tabela 1, permite-nos verificar que a questão da linguagem inclusiva nas descrições arquivísticas ainda não fez o seu caminho nestes países, que, como refere Martins, têm um património arquivístico comum, mas termos diferentes para descrever determinado acontecimento histórico, questionando a autora se é “metodologicamente correto usar os termos originais dos documentos sobretudo quando em dúvida relativamente a termos atuais que representem realidades variáveis a que os primeiros correspondiam conforme os contextos (2019, 46).

Em Portugal, algumas dessas questões terminológicas têm sido objeto de reflexão com a produção de manuais / guias, tais como o “Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens” na Administração Pública, publicado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género em 2009, ou o “Manual de Linguagem Inclusiva, do Conselho Económico e Social”, de 2021, não se conhecem reflexões idênticas para a descrição arquivística.

Tabela 1 – Termos usados em descrição arquivística

Termos usados na descrição	Portal Português de Arquivos	Diretorio Brasil de Arquivos
Escravo	5330 registos	1040 registos
Escravizado	3 registos	0 registos
Escravo preto	346 registos	0 registos
Escrava preta	273 registos	0 registos
Negro	5.749 registos	109 registos
Homem preto	308 registos	
Homem branco	13 registos	
Mulato	521 registos	
Índio	2632 registos	2 registos
Indígena	809 registos	6 registos

Recentemente no Brasil, o Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA) foi criado com a intenção de dar visibilidade às criações transformacionais e tem objetivos de organizar arquivos de dados, histórico e espaço de produção de conhecimentos sobre a diversidade de géneroi.

- reconhecer injustiças e aceitar o passado colonialⁱⁱ; reconhecer que nem sempre os arquivos estão reconhecidos nos actos de repatriação ;
- construir novas metodologias; listar requerimentos éticas na descrição arquivística;
- incentivar práticas colaborativas com a consciência que não há dois projetos iguais ;
- projetos de história oral para preencher lacunas relativas a determinadas comunidades e grupos marginalizados. Onde os grupos têm as suas próprias tradições de manutenção de registos que diferem da tradição literária em que se baseiam os arquivos europeus e norte-americanos, tais como as tradições orais utilizadas pelos grupos nativos norte-americanos, o silenciamento é agravado, ou seja, os

documentos que são produzidos, não são reconhecidos como válidos pelos arquivos. (Carter, 2006, 218-219).

Discussão

A memória social, a memória coletiva do grupo, da nação e da cultura estão dependentes do arquivista e dos arquivos. Os silêncios arquivísticos resultam no comprometimento da memória da sociedade (Carter, 2006, 220).

Os silêncios e ausências nos arquivos são frequentemente associados ao exercício do poder político, particularmente sob regimes ditatoriais. Os Estados coloniais, por exemplo, produziram histórias narrativas dramáticas com base em cronologias selecionadas, momentos cristalizados e eventos significativos (Stoler, 2002, 105). Na verdade, a manipulação da memória oficial repousa nas mãos dos poderosos, com agência suficiente e vozes suficientemente altas para serem ouvidas, enquanto os que se encontram nas margens permanecem marginalizados; continuam a viver na periferia, à margem do poder (Buenrostro, 2021, 122).

Os arquivistas devem fazer o seu melhor para acolher o maior número possível de vozes nos arquivos, para ir além apenas exercer poder sobre os outros e partilhar o poder com grupos. Os arquivistas devem estar dispostos a aceitar os seus papéis como actores políticos e reconhecer que não podem ser depositários imparciais. (Carter, 2006, 230).

O presente estudo apontou conceitos de silêncio nos arquivos e descolonização deles sob as formas de ultrapassar estas questões com a aplicação de tecnologia a) digitalização documental e b) a partir da aplicação da terminologia inclusiva. Ambas as formas, com a identificação de projetos, e boas práticas, tratam dos indícios de um longo processo de descolonização que já estão sendo submetidos tais instituições curadores da documentação permanente e intermediária, germinados nos arquivos públicos portugueses e brasileiros.

Aludimos sobre a importância dos instrumentos de pesquisa digitais fundamentais para o acesso informacional. Os dicionários de arquivologia, repletos de verbetes são referenciais de pesquisa para a pesquisa, destinados à interpretação documental. Por herança autocrática dos governos monárquicos, e por representar a ordem da administração central dos poderes, neles não figuram os sujeitos da história: escravos, trabalhadores livres, minorias não permitindo “o locus social, isto é, de que ponto as pessoas partem para pensar e existir no mundo, de acordo com as suas experiências em comum” (Ribeiro, 2019, p.35).

Nas descrições arquivísticas, não havendo ligação direta entre signos verbais e referente (Pignatari, 1976, p.30), torna-se uma tarefa emergente reflexiva, e das práticas do controle de vocabulário, a aplicação de linguagem inclusiva, no sentido de adaptar e transformar as estruturas rígidas das terminologias arquivísticas em mediações linguísticas mais operacionais na edificação do conhecimento crítico, para além dos circuitos das elites intelectualizadas, científicas e literárias.

A partir de experiências sólidas, na construção do acesso informacional amplo e de representação democrática, demonstramos aqui alguns exemplos de projetos voltados para a interpretação crítica da documentação histórica, bem-sucedidos e foram tomados como referências exemplares da organização arquivística brasileira e portuguesa. No centro das experiências académicas, e no âmbito profissional dos Arquivos Público, está o Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Empreendimento este entre Portugal (Arquivo Histórico Ultramarino e Coluso) e no caso brasileiro, do período da América Portuguesa, foi compartilhado nas relações internacionais, e envolveu as colónias portuguesas com a pertinência das

influências políticas e culturais.

O projeto disponibilizou 198.475 verbetes elaborados a partir da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, representativos das séries documentais relativas às Capitanias Hereditárias do Brasil (Fonte: Coluso, 2014, p.89 (adaptação), Boshi, 2012, p.192).

Na ordem dos arquivos públicos estatais brasileiros, a partir e alguns exemplos, o Arquivo Público do Rio Grande do Sul disponibiliza, em blogue institucional, um estudo relativo à atuação dos Arquivos Públicos Brasileiros, classificados por regiões, fundação e projetos de digitalização e culturais destinados às comunidades locais. Do conhecimento arquivístico são elencadas as terminologias científicas que são dotadas de um único significado propositivo ao acesso, sem criar dúvidas, pois adequam-se às contextualizações históricas e valores jurídicos. Notadamente o acesso aos documentos depende da capacidade pública institucional e do sujeito cognitivo, frente aos problemas linguísticos, entre representação e expressão propositiva, verificadas a partir das análises das inscrições humanas e de suas naturezas.

Conclusões

O trabalho demonstra a importância de se discutir o silêncio e descolonização dos arquivos, como parte do processo reparação histórica das comunidades sub-representadas nos mesmos, apresentando propostas de os obviar.

As boas práticas internacionais identificadas permitem ultrapassar a sub-representação ou silenciamento, seja através de projetos digitais, como de terminologias inclusivas e recomendações genéricas de descrição documental que podem ser desenvolvidas em Portugal e no Brasil.

No contexto colonial, do qual somos inevitáveis signatários dos processos da centralização da cultura da metrópole, a memória e o esquecimento estão vinculados à construção das narrativas e produção de sentidos.

Nesta perspectiva, os arquivos responsabilizam-se pela produção de lugares vazios da memória, mas são, sobretudo, os espaços de conflitos e apagamentos das vozes.

A releitura dos documentos arquivísticos, faz-se necessária para incluir narrativas críticas da história, estas que aprisionam ou retardam as críticas impulsionadoras da revisão ideológica necessária as gestões. São sumários, cabeçalhos, vocabulários controlados representados nos catálogos a partir da aplicação da linguagem e simbologias.

O branqueamento produziu um “conforto ontológico” para intelectuais brasileiros masculinos, segundo Schwarcz, nos estudos das questões raciais. Pela via da branquitude produziram-se teorias raciais e admite-se que a dominação imperativa dos colonizadores causou decorrências ainda pouco conhecidas na sociedade de classes e racista.

Referências bibliográficas

Anti-Racist Description Working Group (2020). *Archives for Black Lives in Philadelphia: Anti-Racist Description Resources*. https://archivesforblacklives.files.wordpress.com/2020/11/ardr_202010.pdf

Archival silence. Dictionary of Archives Terminology. <https://dictionary.archivists.org/entry/archival-silence.html>

Archival silences. University Libraries University of Colorado Boulder. <https://libguides.colorado.edu/c.php?g=1154758&p=8451400>

Arquivo Nacional (Brasil). (2005). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Arquivo Nacional.

Boschi, C. C. (2012) Projeto Resgate: História e arquivística (1982-2014). *Revista Brasileira de História*, 38, 78, 187-208. <https://www.scielo.br/j/rbh/a/MP8TBwLRF7cCrbhPfJVgtp/abstract/?lang=pt>

Buenrostro, I. S. (2021). Uncovering Archival Silences Through Photographs and Listening. Envisioning archives as a democratic space. In Moss, M.; David Thomas, D. (ed.) *Archival silences: missing, lost and, uncreated archives*. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2021, pp. 119-134.

Canizares-Esguerra, J. (2002). *How to Write the History of the New World: Histories, Epistemologies, and Identities in the Eighteenth-Century Atlantic World* (Cultural Sitings)

Carter, R. G. S. (2006). Of Things Said and Unsaid: Power, Archival Silences, and Power in Silence. *Archivaria*, 61, pp. 215-233.

Friedrich, M. (2018). *The birth of the archive: a history of Knowledge*. University of Michigan Press.

Gilliland, A.J.; Caswell, M. (2015). Records and their imaginaries: imagining the impossible, making possible the imagined. *Archival Science*, 16(1), pp.

Griffin, S. H. (2021). Noises in the Archives. Acknowledging the present yet silenced presence in Caribbean archival memory. In Moss, M.; David Thomas, D. (ed.) *Archival silences: missing, lost and, uncreated archives*. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2021, pp. 81-99

Haberstock, L. (2020). Participatory description: decolonizing descriptive methodologies in archives. *Archival Science*, 20, 125–138. <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-019-09328-6>.

Hespanha, A.M. (2019). *Filhos da Terra: Identidades mestiças nos confins da expansão portuguesa*. Tinta da China.

Hughes-Watkins, L. (2018). Moving Toward a Reparative Archive: A Roadmap for a Holistic Approach to Disrupting Homogenous Histories in Academic Repositories and Creating Inclusive Spaces for Marginalized Voices. *Journal of Contemporary Archival Studies*, 5, 6. <https://elischolar.library.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1045&context=jcas>

Hunter, K. M. (2017). Silence in Noisy Archives: Reflections on Judith Allen’s ‘Evidence and Silence – Feminism and the Limits of History’ (1986) in the Era of Mass Digitisation. *Australian Feminist Studies*, Vol. 32, Nos. 91–92, pp. 202–212 <https://doi.org/10.1080/08164649.2017.1357009>

Jardim, J. M. (1996). A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência Da Informação*, 25(2). <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659/663>

Lihoma, P. (2021). Silences in Malawi’s Archives. In Moss, M.; David Thomas, D. (ed.) *Archival silences: missing, lost and, uncreated archives*. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2021, pp. 135-151.

Mariani, B. (2003). Políticas de colonização lingüística. *Letras*, (27), 73-82. <https://core.ac.uk/download/pdf/279134519.pdf>

Martins, A.C.D. (2019). Nós, os outros e os arquivos na construção de identidades. *Pesquisa Brasileira*

- em Ciência da Informação e Biblioteconomia*. 14, 3, 42-47. <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/120495>
- Moss, M.; David Thomas, D. (2021a) Introduction. In Moss, M.; David Thomas, D. (ed.) *Archival silences: missing, lost and, uncreated archives*. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2021, pp. 1-9.
- Moss, M.; David Thomas, D. (2021b) Theorising the Silences. In Moss, M.; David Thomas, D. (ed.) *Archival silences: missing, lost and, uncreated archives*. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2021, 10-25.
- Moss, M.; David Thomas, D. (2021c) Filling the gaps. In Moss, M.; David Thomas, D. (ed.) *Archival silences: missing, lost and, uncreated archives*. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2021, 226
- Nesmith, T. (2015). Toward the Archival Stage in the History of Knowledge. *Archivaria*, 80, 119-145. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13546>.
- North, P. (2021) Diaries and Silence. In Moss, M.; David Thomas, D. (ed.) *Archival silences: missing, lost and, uncreated archives*. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2021, pp. 208-225.
- Ortolja-Baird, A.; Nyhan, J. (2022). Encoding the haunting of an object catalogue: on the potential of digital technologies to perpetuate or subvert the silence and bias of the early-modern archive. *Digital Scholarship in the Humanities*, Vol. 37. No. 3, pp. 844-867.
- Özdemir, L.; İcimsoy, O. (2021). Perceived Silence in the Turkish Archives from the Ottoman Empire to modern republic. In Moss, M.; David Thomas, D. (ed.) *Archival silences: missing, lost and, uncreated archives*. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2021, pp. 152-167.
- Piggott, M. (2021). What are Silences? The Australian example. In Moss, M.; David Thomas, D. (ed.) *Archival silences: missing, lost and, uncreated archives*. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2021, pp. 26-53.
- Ribeiro, D. (2019). *Pequeno Manual Antirracista*. Editora Companhia das Letras.
- Stoler, A. L. (2002). Colonial Archives and the Arts of Governance. *Archival Science*, 2, pp. 87-109.
- Sutherland, T, & Purcell, A. (2021). A Weapon and a Tool: Decolonizing Description and Embracing Redescription as Liberatory Archival Praxis. *The International Journal of Information, Diversity, & Inclusion*, 5(1), 60-77. <https://jps.library.utoronto.ca/index.php/ijidi/article/view/34669>
- Trouillot, M-R. (2015). *Silencing the past: power and the production of History*. Beacon Press

ⁱ O site <https://mutha.com.br/sobre/> disponibiliza sua definição: “O MUTHA foi idealizado em 2018 por Ms. Ian Habib, pessoa professora, pesquisadora, artista e autora transgênera, em sua pesquisa de mestrado *Corpos Transformacionais* (CAPES/UFBA), publicada como livro em 2021 pela Ed. Hucitec. O MUTHA é iniciativa de âmbito virtual e nacional, sendo composto por braços de ação em cada um dos estados brasileiros, com finalidade pública, comunitária e autônoma – ou seja, o centro cultural é administrado por e para a comunidade trans, não contando com nenhum tipo de incentivo governamental fixo. O MUTHA é o único museu do Brasil que visa (re)escrever a História e difundir a Arte de pessoas corpo e gênero diversas, que foram apagadas pelo passado colonial e não apresentam ainda outro local de reinscrição na sociedade.” (Mutha, 2023)

ⁱⁱ As palavras colonial, descolonial e decolonial possuem funções da tríade sógnica da crítica analítica quando abordadas nos sentidos “aos signos em geral, definindo texto como um processo de signos que tendem a eludir seus referentes, tornando-se referentes de si mesmos e criando um campo referencial próprio” (Pignatari, 1976, p.30). Para efeito da força da análise dos contextos históricos e seus conteúdos simbólicos, emoldurados nos períodos históricos, são recortes seletivos das vertentes regionais da produção pré e pós-industriais. Tomam-se

esses termos não só com o significado da *per si*, mas também nos termos que estão inseridos no composto simbólico e dos significantes das vozes nas margens da sociedade brasileira.